



# Município de Ocaçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocaçu Cidade Amiga ”

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTO  
DE COZINHA Nº PROCESSO 23.400.000.643/2022-60  
E TERMO DE COMPROMISSO Nº 202240761-5  
(ADQUIRIDOS POR MEIO DO PAR – PLANO DE  
AÇÕES ARTICULADAS DO MEC PARA A  
PROINFANCIA ATRAVÉS DE PLANEJAMENTO  
DO MUNICÍPIO EM CONJUNTO COM  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.**

Ocaçu, 11 de dezembro de 2025.



# Município de Ocauçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocauçu Cidade Amiga ”

## Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
11/12/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Ana Maria Marzola



# Município de Ocaçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocaçu Cidade Amiga ”

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

### INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

**Referência:** Art. 11 da IN SGD/ME nº 1/2019 e art. 18 da Lei nº 14.133/2021..

### 1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

**Área Requisitante:** Diretoria Municipal de Educação

**Objeto:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA Nº PROCESSO 23.400.000.643/2022-60 E TERMO DE COMPROMISSO Nº 202240761-5 (ADQUIRIDOS POR MEIO DO PAR – PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS DO MEC PARA A PROINFANCIA ATRAVÉS DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO EM CONJUNTO COM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

### 2 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação da empresa especializada em questão está alinhada ao Plano Plurianual 2022/2025, lei municipal 1.943/2021 de 06 de dezembro de 2021.

### 3 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado é uma etapa essencial para garantir que a contratação seja realizada de forma eficiente, atendendo às necessidades do município de Ocaçu e garantindo a melhor relação custo-benefício. Para isso, foram realizadas pesquisas com empresas do ramo de eletrodomésticos, identificando fornecedores que possuam experiência comprovada, certificações técnicas e expertise nesse tipo de atendimento. Além disso, foram analisados contratos anteriores celebrados por outros municípios com objetos semelhantes, permitindo uma avaliação de preços praticados no mercado e das melhores práticas adotadas. Por fim, foram identificados os riscos associados à contratação, como indisponibilidade da mercadoria, necessidade de técnicos capacitados



# Município de Ocauçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocauçu Cidade Amiga ”

e prazos para realização dos serviços, permitindo um planejamento mais eficiente para mitigar eventuais problemas durante a execução do contrato.

As empresas consultadas apresentaram propostas compatíveis com o mercado, permitindo calcular o valor médio de R\$ 27.651,84 para a prestação dos serviços elencados neste estudo técnico preliminar.

## 4 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objetivo a obtenção de material permanente (eletrodomésticos e eletro eletrônicos) devido à grande necessidade, pois entende-se que o objeto desta aquisição se torna imprescindível para manutenção das atividades desenvolvidas por esta administração. A aquisição desse material visa suprir a demanda da escola já em funcionamento desta prefeitura, no que diz respeito a substituição dos equipamentos danificados e desgastados pelo tempo e também da vida útil que os equipamentos possuem.

## 5 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os equipamentos devem possuir registros no Inmetro e ABNT para segurança e economia. Plugs e tomadas no padrão brasileiro NBR 14136, com plugs redondos e reentrâncias para garantir segurança e correta conexão com a rede elétrica. A Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), que inclui o Selo Procel para os mais eficientes, classifica os produtos de A (mais econômico) a G (menos econômico). A presença desta etiqueta é obrigatória para diversos aparelhos (como geladeiras, ar-condicionados e máquinas de lavar) e indica o consumo de energia do produto, auxiliando o consumidor a escolher opções mais econômicas. Aparelhagem todos na forma bivolt.

Para assegurar a adequada execução dos serviços, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

Ainda a empresa deverá demonstrar estar habilitada, apresentando os seguintes documentos:

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo



# Município de Ocaçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocaçu Cidade Amiga ”

da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [https:// www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020. 5.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

## HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive



# Município de Ocaçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocaçu Cidade Amiga ”

aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

## **6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na aquisição de eletrodomésticos para as escolas do município de Ocaçu. O contrato deverá abranger a entrega do equipamento em plenas condições de funcionamento. Além disso, a empresa contratada deverá fornecer suporte técnico e orientações, garantindo que o equipamento seja utilizado corretamente e que



# Município de Ocauçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocauçu Cidade Amiga ”

ações preventivas sejam adotadas para evitar falhas futuras. Dessa forma, busca-se garantir a continuidade dos serviços das escolas.

## 7 – ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID ADE	QUAN T.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Balança plataforma 150 kg – BL2 (PROINFÂNCIA)	Unid	01	R\$ 1.317,71	R\$ 1.317,71
02	Batedeira planetária - 5 litros	Unid	01	R\$ 1.490,72	R\$ 1.490,72
03	Batedeira planetária comercial 12 litros	Unid	01	R\$ 8.163,37	R\$ 8.163,37
04	Bebedouro industrial de 25 litros	Unid	02	R\$ 1.211,31	R\$ 2.422,63
05	Espremedor de frutas cítricas – linha comercial	Unid	02	R\$ 348,05	R\$ 696,11
06	Fogão comercial central de 6 queimadores com 2 fornos, alimentado por GLP ou gás natural	Unid	01	R\$ 2.418,65	R\$ 2.418,65
07	Liquidificador comercial de 3,5 litros	Unid	01	R\$ 777,49	R\$ 777,49
08	Processador de alimentos / centrífuga (doméstico)	Unid	01	R\$ 403,76	R\$ 403,76



# Município de Ocauçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocauçu Cidade Amiga ”

09	Refrigerador tipo doméstico frostfree de 410 L – linha doméstica	Unid	01	R\$ 2.998,97	R\$ 2.998,97
10	Geladeira vertical industrial de 4 portas	Unid	01	R\$ 6.962,44	R\$ 6.962,44
<b>8 – ESTIMATIVA DE VALORES</b>					

A estimativa de R\$ 27.651,84 para a aquisição parcelada de equipamento de cozinha nº processo 23.400.000.643/2022-60 e termo de compromisso nº 202240761-5 (adquiridos por meio do par – plano de ações articuladas do mec para a proinfância através de planejamento do município em conjunto com ministério da educação.

Foi definida com base nos resultados da pesquisa de mercado e no alinhamento aos custos médios praticados no setor.

## 9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

**Opta-se por parcelar a contratação**, conforme art. 23 da Lei 14.133/2021, visando ampliar a competitividade, permitir a participação de empresas de menor porte e assegurar a economicidade.

O objeto admite divisão técnica e economicamente viável em 10 itens distintos, cujas unidades são independentes entre si e não exigem integração técnica ou interdependência funcional, permitindo que diferentes fornecedores possam executar cada parte com plena eficácia.

O parcelamento também está alinhado com a política de incentivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, prevista na Lei Complementar nº 123/2006, promovendo maior alcance social e eficiência na contratação pública.

## 10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Após análise da demanda, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que guardem relação direta com o objeto ora pretendido. Trata-se de





# Município de Ocaçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocaçu Cidade Amiga ”

contratação autônoma, cuja execução não depende de outro contrato vigente ou futuro, podendo ser realizada de forma isolada, sem prejuízo à sua finalidade.

## 11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a execução da contratação ora proposta, a Administração Pública pretende alcançar os seguintes resultados:

- **Atendimento eficaz à necessidade identificada**, solucionando o problema que motivou a contratação, com foco na continuidade e na qualidade dos serviços públicos prestados à população;
- **Maior economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos**, por meio da escolha da solução mais vantajosa sob os aspectos técnico e financeiro;
- **Melhor aproveitamento da infraestrutura, dos recursos humanos e materiais disponíveis**, integrando a contratação às rotinas administrativas com o menor impacto possível;
- **Redução de riscos operacionais, jurídicos e financeiros**, a partir da contratação de fornecedor qualificado e tecnicamente habilitado para executar o objeto conforme os parâmetros exigidos;
- **Conformidade com as exigências legais, técnicas e regulatórias**, assegurando o cumprimento das obrigações da Administração Pública e prevenindo eventuais passivos ou sanções.

A efetivação desses resultados será monitorada por meio do acompanhamento técnico da execução contratual, com foco no cumprimento integral das obrigações assumidas e na entrega de bens/serviços com qualidade e dentro dos prazos estipulados.

## 12 – PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

### a) Elaboração de Documentos Técnicos:

- **Termo de Referência**: detalhar as especificações técnicas dos serviços a serem contratados, incluindo os requisitos de qualidade, prazos e condições de execução.
- **Minuta de Contrato**: preparar uma minuta de contrato que contemple todas as cláusulas necessárias para garantir a execução adequada dos serviços, incluindo penalidades por descumprimento e garantias exigidas.



# Município de Ocaçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocaçu Cidade Amiga ”

## **b) Análise de Riscos:**

- Identificação de Riscos: mapear os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, como atrasos na entrega dos serviços, falhas na qualidade dos exames e laudos, e problemas de comunicação entre as partes.

## **c) Verificação de Conformidade Legal:**

- Documentação: assegurar que toda a documentação necessária para a licitação esteja completa e em conformidade com a legislação vigente, incluindo certidões negativas, alvarás e licenças.

## **d) Planejamento Orçamentário:**

- Orçamento Estimado: elaborar um orçamento estimado para a contratação, com base em pesquisas de mercado e composições de preços, garantindo a alocação adequada de recursos financeiros.

## **e) Publicação do Edital:**

- Transparência: publicar o edital de licitação em conformidade com os prazos e procedimentos estabelecidos pela Lei 14.133/2021, garantindo a ampla divulgação e a participação de empresas qualificadas.
- Esclarecimentos: disponibilizar canais de comunicação para esclarecer dúvidas dos interessados e fornecer informações adicionais sobre o processo licitatório.

Essas providências são essenciais para assegurar a transparência, a eficiência e a conformidade legal do processo de contratação, garantindo que o Município de Ocaçu obtenha serviços de alta qualidade e atenda às suas necessidades de saúde e segurança do trabalho.

## **13 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS**

A contratação em análise **não apresenta impactos ambientais significativos**, considerando a natureza dos bens/serviços a serem contratados, que não envolvem geração de resíduos, alteração do meio ambiente ou consumo relevante de recursos naturais.

Não obstante, a Administração mantém seu compromisso com a sustentabilidade, adotando boas práticas na gestão contratual, como a exigência de regularidade ambiental dos fornecedores e a priorização de soluções com menor impacto ambiental, sempre que



# Município de Ocauçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

“ Ocauçu Cidade Amiga ”

possível.

## 14 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação pretendida demonstra-se **viável sob os aspectos técnico, jurídico, econômico e ambiental**, conforme as análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar. Trata-se de solução adequada à complexidade da demanda, com embasamento suficiente para assegurar sua exequibilidade e conformidade legal.

As pesquisas de mercado e os elementos técnicos colhidos evidenciam a existência de empresas qualificadas para a execução do objeto, com capacidade operacional, experiência comprovada e preços praticáveis. Além disso, os riscos foram avaliados e considerados mitigáveis mediante cláusulas contratuais e mecanismos de fiscalização.

Conclui-se, portanto, que a contratação é recomendada, por reunir condições de atender plenamente à necessidade apresentada pela Administração, com observância dos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

## 15 – ANEXOS

Sem anexos.

## 16 – RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP E APROVAÇÃO

### Responsáveis pela Elaboração do ETP e Autoridade Competente



Documento assinado digitalmente

ANA MARIA MARZOLA

Data: 12/12/2025 15:30:26-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Ana Maria Marzola**  
**Diretora Municipal de Educação**